

Bahia reprovará um milhão de alunos

Um grupo de estudantes da Bahia, acompanhados da deputada estadual, Mária José Rocha Lima, além de membros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação e da União Brasileira de Estudantes, foram ontem ao Ministério da Educação solicitar ao ministro Carlos Chiarelli a intervenção do MEC no estado para tentar resolver a crise educacional, que resultou na desativação de cerca de duas mil e 700 escolas, das quatro mil existentes e na reprovação de um milhão de alunos de 1º e 2º graus.

As escolas foram desativadas, segundo Maria José, por danos nos prédios, por falta de professores, de segurança e de higiene. Salienta ainda que a maioria dos alunos foi aprovada de maneira irregular, em instituições que ainda funcionam de forma precária. Em alguns estabelecimentos, as aulas são ministradas apenas em dias alternados, descumprindo a carga horária e o ano letivo de 180 dias, previsto por lei, resalta, acrescentando que alguns diplomas e certificados estão sendo expedidos com a expressão "Faltou Professor".

A comissão não foi recebida por Carlos Chiarelli, mas pela sua chefe de gabinete, Margarida

Cantarelli, que anotou o pedido. Além de uma visita do ministro ao estado, o grupo solicitou em que seja formada uma comissão para fazer um diagnóstico da rede de ensino do estado e apresentar estudos que possam viabilizar o ano letivo de 1991.

O prazo para que os representantes das escolas e de alunos elaborem as sugestões finais para aperfeiçoamento da Medida Provisória nº 265 — que estabelece as regras para a livre negociação —, se encerra hoje. Se até hoje as propostas não forem enviadas ao Congresso Nacional para servirem de subsídio ao projeto de conversão do deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), o parlamentar ingressará com a sua proposta de lei que, por um lado, propõe a defesa da sociedade e, por outro, procura não inviabilizar a escola particular, que deverá ser uma opção para quem pode e quer pagar.

Na última quinta-feira, ao receber dirigentes da Confederação Nacional de Estabelecimentos Particular de Ensino (Confenen) e de Associações de Pais e Alunos, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, sugeriu que fosse formado um grupo com três representantes de cada parte.